

ESTIGMATIZADOS: DE QUE FORMA O PROFESSOR ABORDA O PRECONCEITO NO ÂMBITO ESCOLAR

Ilze Arduini de Araújo Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia
ilzearduini@yahoo.com.br

Eliete Antônia da Silva
Universidade Federal de Uberlândia
elieteantonia@yahoo.com.br

Temos visto nos últimos tempos o aumento de publicações e debates de questões relacionadas à exclusão, à discriminação e ao multiculturalismo dentro da escola, porém, acreditamos que esses debates ainda não foram suficientes para conseguirem alcançar a grande maioria dos professores e funcionários ligados à educação, ou seja, sabemos que essa é uma questão que infelizmente, ainda requer muita dedicação, estudo e debate para termos uma educação verdadeiramente “para todos”.

Por isso, objetivamos com este texto, reforçar a importância de se debater e conhecer a questão do preconceito. Essas discussões fomentam a busca por alternativas que auxiliem no combate, na diminuição e quem sabe, no futuro, na extinção de ações discriminatórias e excludentes principalmente no setor educacional.

Assim, esse trabalho tem como proposta, instigar docentes e futuros docentes a olharem com mais atenção e dedicação para a questão da tolerância com o “diferente”, saber integrá-lo tanto na sala de aula como na escola como um todo, ou seja, instigar a atenção sobre esse tema que vemos ser cotidianamente e culturalmente negligenciado.

No Brasil, como a integração de negros, índios e mestiços se faz por mediação de um Estado altamente interventor, e o racismo é dissimulado pelo mito da democracia racial, o multiculturalismo não se institucionaliza e só recentemente tem mobilizado outros seguimentos sociais. Embora o tema da diversidade étnica e cultural não seja estranho aos meios acadêmicos, ele não se constitui em pólo dinamizador de formação docente, e não tem sido suficientemente contemplado nos Programas de Pós-Graduação, sobretudo na área de Educação. Muito provavelmente, o tema da pluralidade cultural preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais levará muito tempo para chegar às salas de aula (GONÇALVES, 2002 p. 40).

É de extrema importância que professores e profissionais do ensino identifiquem esses “novos” segmentos minoritários que, apesar de estarem “inseridos” dentro da

escola, são, em diferentes momentos, excluídos do espaço escolar, sofrendo perseguições e tornando-se vítimas de discriminação e estereótipos.

Podemos ter como exemplos desses novos excluídos da sociedade os migrantes nordestinos, que muitas vezes viajam para o Sudeste em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida. Com eles vemos o preconceito se expressar através dos estereótipos “baianos”, “pau-de-arara”, “cabeça-chata”, “terra-seca”, que são usados genericamente e preconceituosamente pelos moradores das cidades que os acolhem.

De acordo com Albuquerque Júnior (2007), a figura do nordestino começou a ser formada a partir da década de 1920 por uma grande produção de obras literárias e culturais que continham personagens com diferentes tipos como: o cangaceiro, o jagunço, o coronel, o flagelado, o retirante, o beato e o romeiro. Esses personagens possuem algumas características em comum, que irão marcar a figura do nordestino até os dias atuais e ainda será uma das causas da forma estereotipada e preconceituosa como os nordestinos são vistos e tratados no Brasil.

Segundo ele, estas figuras estereotipadas ligam o nordestino para ser elemento de uma sociedade rural, atrasada, pobre, rústica, de relações sociais violentas e discriminatórias. Um outro discurso que o autor trás é construído também nos anos 1920 a qual a figura do nordestino recebe a visão eugenista que pregava que pelo fato do nordestino não haver recebido grande quantidade de sangue ariano, os mestiços dessa região eram associados à idéia de serem preguiçosos, resistentes ao trabalho regular e instáveis do ponto de vista psicológico. Foi durante os anos recentes anos 1980 que se preconizou a formação de uma suposta sub-raça na região, uma raça de nanicos, fruto da subnutrição e das conseqüências de estiagem na dieta desses nordestinos.

Este racismo de acordo com Albuquerque Júnior (2007), é que leva o nordestino a se tornar uma vítima privilegiada dos grupos neo-nazistas também se faz presente no estereótipo do cabeça-chata a qual carrega uma imagem estereotipada e pejorativa do próprio corpo do nordestino. Corpo esse supostamente disforme, flagelado, corpo feio, que não segue os padrões de beleza predominantes. Nordestinos são vistos normalmente como sendo de baixa estatura, de cabeça grande, trazendo no corpo os estigmas de sua origem rural, são constantemente vítimas de piadas devido sua aparência e sua origem regional.

A imagem de que o nordestino está ligado à natureza, serviu também para estigmatizá-lo como sendo um homem que não se adapta à modernidade, ao urbano, que não possui qualificação profissional e portanto, só consegue realizar trabalhos

desqualificados. Este é mais um preconceito sobre a figura do nordestino, de que ele só é capaz de realizar trabalhos braçais, e incapaz de tarefas intelectuais.

Notamos em alguns alunos que chegam da região Nordeste, a tentativa de apagar ou esconder sua origem geográfica, já evitando futuras perseguições e discriminações. Alguns deles chegam até a discriminar e a ridicularizar com piadas e ditos populares outros nordestinos, para se sentirem aceitos pela população local.

O preconceito contra o nordestino não se dá somente pela sua origem geográfica, mas também:

Está associado a outros preconceitos, como o preconceito de classe, aquele dirigido contra as pessoas pobres, que se ocupam com as atividades mais desqualificadas no mercado de trabalho e o preconceito racial, já que a maior parte da população da região é mestiça ou negra. O nordestino também será vítima do preconceito dirigido aos menos letrados e analfabetos, já que uma boa parcela dos migrantes nordestinos dos anos 30, 40 e 50, possuíam baixa taxa de escolaridade. [...] O preconceito é uma maneira de desqualificar o oponente, de tentar vence-lo através do rebaixamento social, da estigmatização (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 125).

Após essa prévia identificação de possíveis vítimas de preconceito, muitas ações discriminatórias que antes passavam despercebidas aos olhos dos educadores, podem ser amenizadas ou até mesmo evitadas. Essa variação dependerá do desempenho e da dedicação de cada educador.

A maioria dos grupos minoritários vivem em permanente estado de pressão, imposta por uma sociedade que requer uma extenuante qualificação profissional, intelectual, econômica e por que não dizer, uma perfeição da “aparência física”, para serem aceitos.

As vítimas da exclusão social são geralmente as que começam a trabalhar cada vez mais cedo, muitos até passam a assumir o papel de “chefe de casa”, ou seja, é aquele que irá trazer o sustento ou a maior parte do sustento da família.

A pobreza e o racismo são a causa principal da existência de crianças trabalhadoras. Mas o trabalho infanto-juvenil também existe porque as pessoas toleram ou são indiferentes diante do problema da pobreza e do racismo. Muitas vezes, até em suas formas mais abusivas, como se fosse parte da ordem natural das coisas (TRINDADE, 1999, p. 145).

A escola deveria ser um lugar onde esses grupos se sentissem amparados, seguros e respeitados, um lugar de aprendizagem, livres de estereótipos e discriminação. Mas, apesar de termos muitos educadores e profissionais ligados à educação que

trabalham visando essa utopia, sabemos que essa ainda é uma tarefa muito difícil de ser alcançada nas escolas brasileiras, mas não impossível.

A escola que se necessita é aquela que conquista a participação pela realização da justiça social, é aquela que acolhe todas as crianças, excelentes ou não; crianças que depositem nela a esperança de um futuro melhor, originárias de famílias pobres, e por isso esperam por essa chance há muitos e muitos anos. Mas também não é só isso: a escola enquanto ambiente propício e acolhedor é aquela que recebe todos os “rebeldes” sem indiferença ou hostilidade, é aquela que por extensão, recebe tudo o que pode estar associado a elas: violência, pobreza, desorganização familiar, desemprego, alcoolismo, roubo, drogas, prostituição, desinteresse e dificuldades (SOCHA, 2004, p. 19).

Muitos, por não suportarem o peso da exclusão e dos estigmas que recebem dos colegas de sala, ou até mesmo a atenção devida de professores e funcionários, acabam se afastando da escola. Assim, temos como um dos motivos (mas não o único) da alta taxa de evasão e repetência escolar, o preconceito e exclusão que sofrem esses grupos minoritários.

Vê-se crianças sofrendo discriminação e abandonando a escola a partir da 4ª série do ensino fundamental ou até antes, apesar da obrigatoriedade constitucional estabelecida desde o regime autoritário dos anos de 1970. Nota-se que pouco vem sendo feito no âmbito escolar para modificar esse quadro de exclusão. Do modo como a sociedade está estruturada fica muito difícil atingir uma qualidade mínima de vida, tornando-se imperativa a ampliação cada vez maior da renda e a obtenção de uma escolaridade mais prolongada e de qualidade. Então, a escola passa a ser inadequada a elas. (SOCHA, 2004 p. 18).

Outro motivo é ainda a carência de qualificação dos professores em saberem lidar e respeitar as diferenças dos alunos, muitas vezes vistos como os “marginalizados”, “problemáticos” e “rebeldes”, talvez por comodismo, acabam sendo deixados de lado pelos professores que escolhem o caminho mais “fácil”, que é o de excluir esses alunos “problemas” da rotina escolar.

Alunos homossexuais, obesos, nordestinos, deficientes, mães solteiras, moradores de bairros sem infra-estrutura (favelas), negros, filhos de presidiários, e tantos outros, são exemplos frequentes de grupos excluídos e merecem uma atenção especial não só dos educadores, mas de toda a sociedade, para combater os estigmas e estereótipos que diariamente lhes são destinados.

Todas as formas de discriminação e exclusão na escola são injustas pelo desestímulo e pela auto-imagem negativa que a criança vai adquirindo a

respeito de si e de sua condição social. Conduzem para isso os estereótipos utilizados pela escola, para identificar as crianças reprovadas, as mais lentas, que não sabem que são imaturas as que estão atrasadas, as que são repetentes (SOCHA, 2004 p. 44).

Mammarella (2001) aponta que os excluídos dos tempos atuais são facilmente identificados no Brasil, são na maioria aquelas pessoas que vivem nas ruas, pessoas de diferentes faixa etárias (crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres), são conhecidas como aqueles economicamente desqualificadas (analfabetos ou semi-analfabetos, desempregados de longa duração, sub-empregados, biscateiros, catadores de lixo) vistos ainda como os “socialmente carentes” (sem terra, sem teto, favelados, os que não têm acesso ao conhecimento, à alimentação, à moradia, ao lazer, aos direitos políticos de cidadania) e vista ainda como os socialmente “inadequados” (doentes portadores de necessidades especiais, deficientes físicos, superdotados, desassistidos, índios aculturados, miserabilizados, grupos específicos como os delinquentes, as prostitutas, os homossexuais).

É verdade que existe no Brasil, a tentativa da diminuição da desigualdade social através de algumas Políticas Públicas que visam proporcionar a igualdade de acesso à educação, através da adequação dos materiais didáticos e dos prédios, conforme a região, as necessidades especiais e realidade socioeconômica dos alunos, além, é claro, da qualificação dos professores para que possam ter discernimento e competência para trabalhar com alunos heterogêneos. Mas só isso não é o bastante.

Pais juntamente com professores deveram observar atentamente o comportamento de seus filhos e alunos, ficando em alerta para eventuais mudanças de humor e queda brusca nas notas escolares, esses não os únicos sintomas para diagnosticar problemas de baixa auto-estima e perseguição em alunos, mas, são um dos mais fáceis de ser observado, outros sintomas e atitudes são mais veladas, e a maior parte deles detectada por profissionais especializados, como psicólogos por exemplo.

Determinados sintomas indicam a emergência de intervenção, por exemplo, alunos que não se comunicam com facilidade, são incapazes de ouvir e entender o ponto de vista dos outros, são temidos, têm poucos amigos, evitam situações sociais e alteram de humor com muita facilidade são exemplos de reações que merecem nossa atenção.

Deve-se ainda proporcionar cursos e encontros que auxiliem no trabalho docente, qualificando-o e ensinando-o a conviver e a respeitar as peculiaridades de cada aluno e não tentar como vemos acontecer com mais frequência, transformá-los em uma classe homogênea, na tentativa de “facilitar” o seu trabalho de educar, sem

compromisso com sua função, que acreditamos ser o de “facilitador do acesso ao conhecimento” a todos os alunos, sem distinção.

Existem professores que são tão alienados e despreparados em lidar com as diferenças que agem dentro da sala de aula de forma preconceituosa, reproduzem estereótipos, constroem alunos sem o menor pudor e remorso. A maioria desses educadores não possuem um mínimo de conhecimento sobre as histórias das minorias.

[...] para que o objetivo da escola como formadora de pessoas autônomas moral e intelectualmente – cidadãos – venha a ser atingido, é necessário que o corpo docente esteja bem preparado, não apenas no que se refere ao conteúdo a ser ministrado, mas também no trato com a diversidade de seus alunos (SCHÜTZER, 2003, p. 133).

Durante muitos anos, os professores foram educados segundo a ordem homogeneizadora e de uma cultura eurocêntrica, na qual desvalorizava tudo aquilo que não caracterizasse a cultura européia, ou seja, a raça branca. Aqueles que não faziam parte do quadro de estereótipos europeus (branco, loiro, olhos azuis etc) eram vistos como inferiores, feio, bizarro ou exótico.

Segundo Trindade (1999), aprendemos este preconceito relativo ao que seja um ser humano ideal e quando nos deparamos com nossos alunos reais ou abrimos mão dessa idealização ou passamos a exercer o nosso racismo, machismo; passamos a estigmatizar e a invisibilizar nossa realidade.

A partir dessa visão eurocêntrica, observamos a exclusão e o desprezo a algumas culturas de determinados seguimentos da sociedade dentro da escola. Como por exemplo a cultura e a língua indígena, que até pouco tempo era vista como algo inferior. Ao ser imposta nas escolas indígenas o ensino da língua portuguesa, os educadores não respeitavam e nem mesmo ouviam a vontade dos próprios índios com relação a manutenção ou não de suas tradições, se eles queriam aprender o português ou a sua língua nativa.

O professor ao exercer sua profissão, deverá então evitar eleger certos padrões culturais que reforçam a “supremacia da cultura hegemônica” como sendo a única cultura “ideal e verdadeira” a ser seguida por toda a sociedade. Evitar ainda colocar características étnico-raciais as quais não temos tanta familiaridade, como sendo algo exótico, sem valor ou o que é ainda pior, algo “inferior” à cultura dita como “oficial”, ou àquela a qual estamos mais acostumados no dia a dia.

Dentro da rotina escolar quase não encontramos ações que valorizam e resgatam a cultura, as tradições, a culinária, o vestuário, ou a arte dos nordestinos, dos negros, moradores de favelas e tantos outros excluídos. Pelo contrário, o que notamos é uma crescente tendência em valorizar o que vem de outro país, principalmente dos Estados Unidos, fazendo com que a nossa cultura seja ainda mais, vista como inferior, sem valor, sem qualidade.

Não basta que os conteúdos sejam significativos. É preciso que os atores envolvidos no processo educacional se preocupem em conhecer e valorizar a cultura dos diferentes alunos, vendo cada ser como único. Cabe ao professor exercer com clareza seriedade e segurança sua competência em sala de aula, para que os alunos tenham maiores chances de aprendizagem, permanência, e sobretudo sucesso escolar (SOCHA, 2004, p. 57).

Crianças educadas em escolas ou por educadores que não valorizam, não compreendem e não respeitam a diversidade cultural do nosso país, as características físicas, gênero, opção sexual, religiosa, etc., podem se tornarem adultos intolerantes e preconceituosos diante da heterogeneidade da sociedade. Seja no trabalho, na escola ou na vida afetiva, terão que conviver com as diferenças culturais e raciais. E é a escola, um dos lugares privilegiados em que se pode ensinar a cultivar a semente do respeito e da tolerância para com o outro, ensinar os futuros cidadãos a conviver, entender e respeitar a diversidade cultural do outro.

“A diversidade cultural se constitui em um problema, ali, onde a convivência humana é marcada por conflitos dramáticos, motivados por preconceitos e discriminações étnicas, de gênero, de preferências sexuais, de gerações e outros” (GONÇALVES, 2002, p. 25).

A luta contra o racismo se concretizará ainda, com o apoio dos professores que se empenharem a aplicar didáticas voltadas principalmente para as diversidades culturais dos segmentos da população brasileira, que historicamente, foram silenciados, que não foram ouvidos, por não pertencerem à classe dominante. População essa que foi muitas vezes impedida de receber os direitos civis e sociais que lhes era devido por direito.

Procuramos assim, uma prática docente mais humana, mais justa e mais comprometida com a população mestiça e culturalmente criativa do Brasil. População essa que se adapta e transforma a sociedade vista como “inevitavelmente e historicamente excludente”, para conseguir sobreviver. Apesar de o Brasil possuir uma

grande diversidade tanto cultural quanto étnica, ainda encontramos (lamentavelmente) em quase todos os setores da sociedade, pessoas que não sabem lidar com essa diversidade.

Vemos no dia a dia, os diversos tipos e práticas de preconceito, de intolerância e de exclusão social justamente com aqueles que deveriam ser os facilitadores do bem estar social, os educadores.

Sobre a questão da exclusão social Mittler nos fala que (2003, p.79):

A exclusão social começa muito cedo, muito antes de o bebê nascer. A exclusão social tem raízes na pobreza, na moradia inadequada, na doença crônica e no longo período de desemprego. São negados às crianças nascidas na pobreza os recursos e as oportunidades disponíveis para as outras crianças. Algumas delas enfrentam obstáculos adicionais pro causa do seu gênero, da sua raça, da sua religião ou de sua deficiência. Embora a maioria cresça em famílias amorosas, que se preocupam com, que desejam realmente uma vida melhor para elas, muitas crianças que vivem na pobreza começam e terminam sua infância em um estado de exclusão social e de baixa performance educacional e continuam experimentando o desemprego, a pobreza e a doença ao longo de suas vidas como adultos. o desafio para nossa sociedade é afrouxar e romper a força da pobreza que estrangula o desenvolvimento de nossas crianças.

Quem de nós nunca se pegou fazendo algum tipo de piada (de mal gosto) ou algum comentário maldoso a respeito de algum seguimento de grupos minoritários? Ou mesmo, quando ouvimos algum comentário preconceituoso sobre pessoas que moram nas favelas, que são nordestinas, negras, pessoas com pouco poder aquisitivo ou sem estudo e ficamos em silêncio, sem defendê-los e o que é ainda pior, algumas vezes nos deixamos contaminar por esses comentários e acrescentamos outros ainda mais graves? Assim, vamos vivendo numa sociedade supostamente “livre de preconceito” apesar de testemunhar que grande parte da população é diariamente discriminada e estereotipada, dentro de uma alienada sociedade que se diz viver numa “democracia racial”.

O Brasil, apesar da diversidade de suas tradições culturais e da variedade dos tipos físicos de sua população, só recentemente notamos a preocupando em se estudar e pesquisar o tema da “igualdade de oportunidade” de educação, de saúde e bem estar social para toda a sociedade brasileira, sem distinção. Embora este seja um tema trabalhado por alguns intelectuais que refletem sobre a nacionalidade brasileira, e também de alguns poucos representantes de determinados segmentos marginalizados, acreditamos que pela enorme quantidade de pessoas oriundas das classes geralmente

excluídas da sociedade, este, já deveria ser um tema produzido a mais tempo, principalmente pela área acadêmica.

A inclusão representa, de fato, uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo, porque, subjacente à sua filosofia, está aquele aluno ao qual se oferece o que é necessário, e assim celebra-se a diversidade. Embora usemos a linguagem da diversidade, da justiça social e da igualdade de oportunidades, a sociedade em que vivemos ainda está repleta de desigualdades, as quais, por sua vez, refletem-se no sistema educacional. Como podemos mudar tal sistema dividido em um outro, que é mais inclusivo? Como esse paradoxo pode ser resolvido? Será que as escolas podem mostrar o caminho? Portanto, precisamos ver as necessidades especiais nos contextos mais amplos das desigualdades sociais e da marginalização. Isto também é parte do desafio de reduzir a pobreza e atingir a justiça social (MITTLER, 2003, p. 36-37).

Acreditamos que a escola é um espaço rico para a produção e para a organização da sociedade, um lugar privilegiado para se adquirir e repassar conhecimentos, ou seja, a escola é o local de troca de saberes, não só saberes acadêmicos, mas também, culturais e de relacionamento humano, mas, desde que essas trocas de conhecimentos estejam embasadas no respeito das diferenças de linguagens e de cultura de cada um dos envolvidos.

Será que o professor recém formado saberá lidar com as diversidades culturais que ele provavelmente deverá encontrar na sala de aula? Esses mesmos professores conseguiram lecionar com um modelo pluricultural de ensino e de que forma isso acontecerá? De que forma eles poderão inserir dentro do plano de aula o objetivo de incluir a igualdade de oportunidade e acesso à educação para todos seus alunos?

A gente olha mas não vê, a gente vê, mas não percebe, a gente percebe, mas não sente, a gente sente, mas não ama e, se a gente não ama a criança, a vida que ela representa, as infinitas possibilidades de manifestação dessa vida que ela traz, a gente não investe nessa vida, e se a gente não investe nessa vida, a gente não educa e se a gente não educa no espaço/tempo de educar, a gente mata, ou melhor, a gente não educa para a vida; a gente educa para a morte das infinitas possibilidades. A gente educa (se é que se pode dizer assim) para uma morte em vida: a invisibilidade. A nossa formação docente muitas vezes é marcada por uma inculcação de preconceitos que, certamente, corroboram pra a produção de maiorias invisíveis e silenciadas, e isto é tão forte que nem percebemos. (TRINDADE, 1999, p. 09).

Essas são algumas questões que levantamos aqui não para serem resolvidas de imediato, mas sim, para serem pensadas e debatidas, instigando o debate de educadores, psicólogos e profissionais da área.

Por fim, o que gostaríamos de destacamos era a necessidade de se formar educadores conscientes, qualificados e dedicados, que saibam trabalhar com a diversidade cultural dentro e fora da sala de aula, e que além disso tudo, esteja preparado para saber lidar com futuros grupos sociais que possam vir a serem excluídos, isolados e ignorados pela sociedade como um todo. Ou seja, formar educadores reflexivos, que procurem diariamente modificar o ambiente escolar a visando torná-lo mais democrático e justo e menos opressor e excludente.

Lembrando que o próprio educador também faz parte desse processo de “educação para a igualdade e bem estar social”, mas ele não conseguirá sozinho. Essa tarefa requer também o auxílio dos administradores escolares, alunos e familiares para juntos, serem atores de combate ao racismo, às discriminações, aos preconceitos, aos estereótipos e aos estigmatizados.

O estudo de Trindade (1999) sugere que nós devemos ter uma prática docente que seja destinada para a diversidade e multiplicidade étnico-cultural dos nossos alunos, principalmente, desses grupos sociais que foram ao longo da história do Brasil, foi sendo alijada dos direitos civis, sociais e humanos, pessoas essas que dorme nas filas por uma vaga na escola pública, por exemplo. Segundo o mesmo autor, uma prática docente política ideológica e humanamente comprometida com a população mestiça, forte, criativa, que surpreende, que é alegre, que chora, que cria cotidianamente saberes e estratégias. Uma prática docente que tenha como palavras-chave o diálogo, o estudo, a criação, o desejo e o compromisso com a transformação social, com a construção mesmo de uma amorosa cidadania.

Esperamos ter deixado neste texto uma semente a qual gerará frutos positivos na luta contra a discriminação, o preconceito e a exclusão dos tantos estigmatizados que passam por nossas escolas, algumas vezes até, sem serem notados por nós educadores. E só assim, acreditamos que enquanto professores empenhados no objetivo de viver numa sociedade realmente democrática, é que estaremos plantando e estabelecendo o respeito não só entre professores e alunos, mas sim, a todos os grupos étnicos que são diariamente discriminados, buscando uma nova era, onde os que hoje são vistos como desvalorizados, humilhados, excluídos e estereotipados, sejam ouvidos e respeitados, vivendo em igualdade com toda a sociedade.

REFERENCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- JONES, James M. **Racismo e preconceito**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo, USP, 1973.
- MAMMARELA, Rosetta. **Exclusão social. Mundo Jovem**. Abril/ 2000, p.52-53.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SCHUTZER, Kátia. A questão racial e os cursos de formação de professores. In: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronília B. G. (Org) **Negro e Educação: Identidade negra, pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro; ANPED, 2003.
- SOCHA, Kátia. **A Exclusão Escolar no Município de Curitiba**. (Dissertação de Mestrado). FAED / UDESC, Florianópolis, 2004.
- TRINDADE, A.L. de. **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.